



## **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

### **Release — Missão do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura no Rio de Janeiro acompanha desdobramentos da chacina do Alemão e da Penha**

O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), órgão instituído pela Lei nº 12.847/2013, realizou missão técnica no Rio de Janeiro entre os dias 10 e 12 de novembro, em razão da operação policial mais letal da história recente.

A visita ocorreu em resposta à chamada “Operação Contenção”, deflagrada em 28 de outubro nos complexos do Alemão e da Penha, que resultou em 121 mortes, incluindo quatro policiais e dois adolescentes. Diante da gravidade dos fatos, da ausência de informações oficiais, de indícios de tortura e execuções sumárias, o CNPCT atuou como observador independente, acompanhando as medidas iniciais adotadas pelas autoridades para a devida apuração dos fatos, encaminhamentos legais e assistência às vítimas

Durante a missão, o Comitê — em articulação com o Comitê e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro — reuniu-se com a Defensoria Pública, Ministério Público Federal, rede de atenção a pessoas afetadas pela violência de Estado, o Instituto Médico Legal, a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, mandatos parlamentares e movimentos sociais.

Os relatos e documentos coletados apontam graves violações de direitos humanos, incluindo:

- execuções sumárias;
- ausência de informações consolidadas sobre laudos periciais;
- falta de perícia das armas utilizadas pela polícia;
- insuficiência e mau funcionamento das câmeras corporais;
- das 90 pessoas presas, apenas 5 constavam nos mandados judiciais que embasaram a operação;
- relatos de tortura e lesões corporais;
- restrições ao acesso dos moradores a serviços básicos, como saúde e educação.

O CNPCT reforça que a falta de transparência nas informações oficiais e a opacidade institucional agravaram a desconfiança pública em torno da operação. Essa situação levou o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a proferir decisão no âmbito da ADPF 635 (ADPF das Favelas), determinando a preservação das imagens das câmeras corporais, a identificação dos agentes envolvidos e a entrega de laudos necroscópicos e balísticos, além da suspensão de inquéritos abertos contra familiares de vítimas.

Até o momento da missão, entretanto, a decisão ainda não havia sido integralmente cumprida.

Os representantes do Comitê também identificaram outras pendências, como pedidos de perícia complementar não realizados, ausência de informações sobre pessoas desaparecidas e restrições de acesso das defesas aos laudos e provas, o que reforça a necessidade de monitoramento independente e responsabilização institucional.



### **Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

O CNPCT elaborará relatório detalhado da missão e retornará ao Rio de Janeiro para novas reuniões e acompanhamento das medidas adotadas. O órgão também oficiará instituições como o Ministério Público, Detran, Ministério da Justiça, Secretarias de Saúde e Defesa Civil, entre outras, para assegurar a apuração completa dos fatos. O Comitê considera que a subordinação do Instituto Médico Legal à Polícia Civil compromete a independência das perícias e, diante da gravidade das violações, defende a federalização das investigações.

Os achados da missão também serão reportados a organismos internacionais, como o Subcomitê de Prevenção à Tortura das Nações Unidas.

Por fim, o CNPCT enfatiza a urgência da presença de órgãos estaduais nas áreas afetadas, especialmente as Secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação, para garantir atendimento às vítimas e familiares, além de implementar ações de reparação e não repetição. O apoio psicológico e social às famílias deve ser prioridade, diante do trauma coletivo causado pela operação.

Contato para imprensa: Jacqueline Cypriani (vice-presidenta do CNPCT)- 11975198941; Monique Cruz- 21994852580; Thaisa Raquel- 6781718812

E-mail: [cnpct@mdh.gov.br](mailto:cnpct@mdh.gov.br)